



**RATIO FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA MEIRYLUCE DE OLIVEIRA LUCIO

O PROGRAMA BOLSA FAMILIA E SUAS REPERCUSSÕES NO COTIDIANO DAS
FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE
ARACOIABA-CE

**Fortaleza – Ce
2017**

O PROGRAMA BOLSA FAMILIA E SUAS REPERCUSSÕES NO COTIDIANO DAS
FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE
ARACOIABA-CE

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Mestre Virzangela Paula Sandy Mendes.

Fortaleza – CE

2017

MARIA MEIRYLUCE DE OLIVEIRA LUCIO

O PROGRAMA BOLSA FAMILIA E SUAS REPERCUSSÕES NO COTIDIANO DAS
FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE
ARACOIABA-CE

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Mestra Virzangela Paula Sandy Mendes

Data de aprovação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Mestre Virzangela Paula Sandy Mendes
(Orientadora)

Prof^a Francisca Emmanuella Saraiva Martins

Prof^a Rosa Ângela de Brito Falcão

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido saúde, inteligência e discernimento para superar todas as dificuldades encontradas ao longo desses anos. Tendo a certeza de que o Senhor Jesus, fortaleceu meu espírito, permitindo assim chegar ao fim da faculdade e a conclusão deste trabalho.

A Universidade Ratio e todo seu corpo docente, por ter proporcionado a oportunidade de realizar este sonho.

A minha orientadora, Virzangela Paula Sandy Mendes, por toda sua atenção, dedicação e ensinamentos que possibilitaram a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma e em especial minha equipe de estudos, que sempre estiveram presentes nos momentos de debates, de aprofundamento cognitivo e de difíceis decisões, a minha irmã Meiryvan e a minha sobrinha Roberjany, pela ajuda incansável na conclusão deste trabalho.

Obrigado a minha família, ao meu esposo Luiz, e em especial minha filha Lisley, que nos momentos de minha ausência dedicados à formação superior, sempre fizeram entender que a busca pelo conhecimento será sempre o melhor para um futuro próspero.

A todos que direto ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho, muitas vezes com palavras de incentivos e apoio, o meu muito obrigado.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia espiritual e a minha filha Lisley Maria, para que tenha como meta de vida, o conhecimento.

“Ser humilde é imitar Jesus quando alcançamos grandes posições sociais, servindo o próximo com a sinceridade de seu coração”.

Helgir Girodo

RESUMO

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003, pelo governo Lula, como programa de transferência direta de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de combater a fome e a pobreza. O programa está estruturado em três dimensões articuladas, transferência direta de renda, condicionalidades e ações complementares. Considerando este contexto, a pesquisa tem como objetivo geral compreender os significados do Programa Bolsa Família (PBF) para as mulheres da comunidade do Bairro São José, no município de Aracoiaba-Ceará, e como objetivos específicos conhecer como era a vida das mulheres antes de receber o benefício e como está hoje. Em seguida, entender possíveis melhorias a partir do cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa. Para a realização deste trabalho utilizamos a pesquisa de campo qualitativa, bibliográfica e documental. Os dados da pesquisa foram coletados através de entrevista semiestruturadas com as mulheres beneficiadas, utilizamos o método da saturação. Foi possível salientarmos a importância do envolvimento das famílias no cumprimento das condicionalidades e a participação das mesmas nas políticas públicas, contribuindo assim na qualidade de vida destas pessoas. Os resultados mostram que, nas percepções das entrevistadas, houve uma melhoria na qualidade de vida das famílias nos aspectos de moradia, educação e alimentação.

Palavras-chave: Família, Pobreza, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program was created in 2003 by the Lula income transfer program with the aim of combating poverty, in order to hunger, following the prerogatives expressed in the Declaration of Taken together with other countries and the UN. Poverty presents multiple facets, and should be seen and worked on differently to break this vicious cycle. It was sought, with this research, to investigate whether inclusion of citizens in the Bolsa-Familia social program effectively contributes to the poverty and greater autonomy of the beneficiary subjects. Qualitative data were collected with 3 professionals and 4 beneficiary families and quantitative data with 103 families living in 7 neighborhoods of Porto Alegre. The results show that in the interviewees' perception there was no improvement in family life situations. Participation in groups, meetings, among others, proved to be significant in relation to the perception of improvement in the situation of the families' lives, stressing the importance of involvement for the development of autonomy and emancipation. Points strengths and weaknesses of the GMP are revealed so that they are potentiated or restructured to fully achieve its objectives, poverty in its different forms in the construction of a more equality.

Keywords: Poverty. Family Grant Program. Social Protection.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Proteção Continuada

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CEAS - Centro de Estudo de Ação Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CEF - Caixa Econômica Federal

CE - Código de Ética

ESF - Estratégia Saúde da Família

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

LBA - Lei Brasileira de Assistência

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MDSA - Ministério de Desenvolvimento Social Agrário

NOB - Norma Operacional Básica

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Social Aprendizagem Comercial

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

TCLE - Termo Consentimento Livre e Esclarecido

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	12
---------------------------	-----------

2 PERCURSO METODOLÓGICO	18
2.1 Aproximação e delimitação da Pesquisa.....	18
2.2 A inserção no campo e as interlocutoras da Pesquisa.....	20
3 DISCUSSÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS, O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.	27
3.1 Antecedentes Históricos da Assistência Social no Brasil	27
3.2 A Política da Assistência Social a partir da Construção de 1988	31
3.3 O Programa Bolsa Família	34
4 AS REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COTIDIANO DAS FAMILIAS DA COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ E RELATOS DE PESQUISA DE CAMPO	39
4.1 Discussões, Conceitos e Leituras sobre Família.....	39
4.2 Perfil das Famílias Entrevistadas	41
4.3 Cotidiano das Famílias antes de serem beneficiadas pelo Programa.....	43
4.4 Mudanças no Cotidiano das Famílias após serem beneficiadas.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXO	55
APENDICE	56

1 INTRODUÇÃO

Uma grande parte do povo brasileiro vive em uma sociedade repleta de riscos sociais, extrema pobreza e violência. São fatores que colocam os indivíduos em vulnerabilidade social. Por isso, o Estado passou a se preocupar em dar proteção aos indivíduos a fim de suprir tais necessidades. Portanto, um grande passo a partir da promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, o poder público chamou para si essa responsabilidade. Um dos artigos mais importantes é o 6º, que faz referência aos direitos e garantias fundamentais:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 12).

Dessa forma, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, assumiram o monopólio da Assistência Social. O que antes era um problema de cada indivíduo passou a ser então, uma questão na qual engloba todas as pessoas, a fim de protegê-las e de preveni-las contra os riscos sociais. Não obstante, embora o Brasil seja um país muito rico, a sociedade ainda sofre pela má distribuição de renda. De acordo com um relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) divulgado em julho de 2010, onde mostra que:

O Brasil aparece com o terceiro pior índice de desigualdade no mundo e, em se tratando da diferença e distanciamento entre ricos e pobres, fica no ranking apenas de países muito menores e menos ricos, como Haiti, Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul.

Este relatório mostra também, no estudo, como principais causas de tanta desproporcionalidade social, a ausência de promoção à educação de qualidade, uma política fiscal desonesta, baixas remunerações e problema da população em gozar de serviços básicos ofertados pelo Estado, como saúde, transporte público e saneamento básico, os quais comprometem à vida. Como observa UNESCO (2003, p. 11).

Precisamos entender que a situação de vulnerabilidade social vivida por muito é, antes de tudo, uma questão de violação de direitos humanos, a começar pelo mais básico deles: o direito à vida, direito primordial de

qualquer ser humano – previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos – e o primeiro a ser comprometido em situações de pobreza e miséria.

Ainda com a Constituição Federal de 1988, e diversos códigos e estatutos, assegurando o acesso à educação, moradia, saúde, segurança pública, além de autonomias poupadas e ideológicas, o fato que se vê ainda está distante do que se espera nos direitos do cidadão brasileiro, à erradicação da desigualdade social neste país, em constante aumento econômico e político.

Por outro lado, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo conforme o Relatório Global de Desenvolvimento Humano de 2016 do PNUD, ocupando a 10ª posição de um conjunto de 143 países. A advertência desse cenário é importante para os interessados em saúde, pois as disparidades sociais interferem no mundo que distintos grupos da população experimentam e percebem as próprias situações de saúde e doença. Em quadras de epidemia, por exemplo, os conflitos sociais, sucedidas de diferenças econômicas, racismo ou desigualdade de gênero ficam até mais evidentes e aparecem na situação de acesso a tratamento adequado e de vulnerabilidade de cada grupo. Como o oportuno relatório marca, o diagnóstico da desigualdade deve servir de subsídio no planejamento de políticas públicas cujo objetivo seja promover a equidade racial, a diminuição da diferença de renda entre homens e mulheres e entre população urbana e rural.

Vejamos o que UNESCO (2003, p. 39) fala sobre os três principais vetores associados a desigualdade no Brasil:

- i) à matriz social originária, fundada na concentração da terra e do poder político e na dependência externa, que impõe sua marca a todo processo de constituição histórica e evolução da nação brasileira;
- ii) ao caráter patrimonialista do Estado e à forma como são obtidos e utilizados seus recursos (o caráter regressivo do sistema tributário e a apropriação “privada” dos recursos públicos pelos grupos que controlam ou se beneficiam do poder público, por exemplo);
- iii) ao caráter concentrador e excludente dos modelos econômicos historicamente adotados no país, voltados para a acumulação do capital e preservação e reprodução dos interesses dos grupos econômicos internos e externos que ocupam uma posição hegemônica na estrutura de poder político.

Considerando esse contexto, no ano de 2003, foi criado o Programa Bolsa Família, instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo

Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007, no qual, sua constituição foi vista como uma forma de enfrentar a pobreza, conforme afirmam os autores a seguir:

Ao se constituir o Programa Bolsa Família, não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não. (CASTRO E MODESTO, 2010, p. 9).

Sendo assim, tal benefício trouxe às famílias, um caminho para que os assegurados, sendo eles assalariados ou não, pudessem driblar as dificuldades enfrentadas.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo geral o seguinte: compreender os significados do Programa Bolsa Família (PBF) para as mulheres da comunidade do Bairro São José, Aracoiaba-CE. E, como objetivos específicos, conhecer como era a vida das famílias antes de receber o Programa Bolsa Família; entender possíveis melhorias a partir do cumprimento das condições exigidas pelo programa; e por fim, apreender através das narrativas e das entrevistadas, quais seus projetos de vida.

Para desenvolvermos essa pesquisa fez-se necessário escolhermos uma forma adequada de analisar e avaliar as limitações das famílias, sendo realizado inicialmente uma pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2008, p.57) “é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas”. O mesmo autor enfatiza que nesse tipo de abordagem faz-se necessário observar as condições para investigar sobre as considerações e toda a trajetória de vida dos indivíduos, suas condições sociais, a vulnerabilidade, seus costumes e suas crenças.

No entanto, dificilmente deixaríamos de recorrer a autores que versam sobre o estudo em questão, então, a pesquisa bibliográfica foi indispensável neste trabalho. Haja vista buscarmos auxílio em obras já consagradas sobre o mesmo assunto que servem de pilares para futuros trabalhos. É um tipo de pesquisa na qual possibilita aprofundar o assunto a partir de trabalhos anteriores de outros autores:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias

teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

O estudo dos dados também busca obter respostas sobre a real eficácia do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiados, com base em documentos, leis e outros arquivos relacionados ao assunto. A intenção é de entender e avaliar através da leitura de artigos e de dados concretos do desempenho do programa na vida dos beneficiários.

Para reforçar sobre este tipo de pesquisa Gil, (2010, p. 29), conceitua a pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica consiste no trabalho de organizar, estruturar e fornecer informações, a fim de juntar dados conforme afirma Gil (2010), proporcionando-nos uma maior realidade e segurança ao fazermos inferente e lógica para a realização do presente estudo, utilizando como base os autores Sposati, Yamamoto, em que, constitui-se no procedimento metodológico a coleta de informações que se utiliza fundamentalmente das contribuições dos mesmos, sobre tal assunto.

Foi utilizado também a pesquisa documental, que assemelha-se a pesquisa bibliográfica, na qual, a única divergência entre ambas está no tipo de fonte usada. Segundo Gil (2009, p. 51):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Diante do exposto, para a construção do perfil socioeconômico das famílias beneficiadas, utilizamo-nos da análise de documentos (prontuários), disponibilizados

pela Estratégia Saúde da Família, do Posto de Saúde Otávia da Costa Pinheiro, em Aracoiaba - Ceará.

É preciso ressaltar que o levantamento de dados foi realizado através de um estudo de campo, procurando um aprofundamento das questões da comunidade. Para Gil, “no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a intenção de seus componentes” (GIL, 2009, p.57).

Para conseguirmos resultados mais exatos sobre a pesquisa, utilizamos o método de saturação com as famílias inseridas no Programa Bolsa Família, residentes na referida comunidade. O método de saturação é aplicado em pesquisa qualitativa, e segundo Minayo (2008), trata-se de uma ferramenta utilizada em pesquisa científica qualitativa, sendo utilizada para estabelecer o tamanho e o final de uma amostra de pesquisa. Outro autor acrescenta sobre o método de saturação:

[...] é definido como a suspensão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados (FONTANELLA, 2008).

Utilizamos a entrevista semiestruturada na coleta de dados. Com esses instrumentais construímos previamente um roteiro de entrevistas semiestruturado com perguntas abertas, que nos propiciou materializar este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Deste modo, esta monografia teve como campo de pesquisa, a comunidade do Bairro São José e suas famílias. Nela, conforme Gil, (2010, p. 57), “procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”. Motivo pelo qual levou-nos a utilizar a entrevista semiestruturada diretamente com os entrevistados. Trivinos (1987, p.146) explica mais sobre este tipo de entrevista:

Se esclarece que entre as principais características de uma entrevista semiestruturada, estão: 1. Apoiar-se em teorias e hipóteses que se relacionem ao tema da pesquisa; 2. Descrever e explicar os fenômenos analisados para sua melhor compreensão; 3. Que o aluno/pesquisador seja atuante no

processo de coleta de informações. É importante ainda destacar o roteiro de entrevista, que deve ser enxuto: contar com 5 perguntas e que aplicadas, no máximo, a 8 participantes.

No momento da entrevista, as interlocutoras da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE), conforme Código de Ética (CE) em anexo, de acordo com as normas da pesquisa científica instituído pela Resolução n. 196/96 (BARROCO, 2012, p.103).

Podemos ressaltar ainda que as falas dos sujeitos foram gravadas e posteriormente analisadas e transcritas para este trabalho, concedendo o direito e a livre escolha de participar ou não da pesquisa de acordo com o Código de Ética, como afirma a autora “A ética na pesquisa exige o respeito aos participantes, a preservação de suas informações e o sigilo profissional para que eles não sofram danos morais, socioeconômico e políticos” (Barroco, 2012, p. 104).

Vale ressaltar que os indivíduos entrevistados foram mantidos em total sigilo, de acordo com as exigências do Código de Ética do Serviço Social. Tomamos por base a Resolução 510, de 7 de abril de 2006, no qual a ética em pesquisa implica que “ a pesquisa em ciência humana e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concedida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes (BRASIL, 2006).

Então por ocasião do problema apresentado neste tema, para que esta monografia tenha sustentáculo em seu conteúdo, passaremos agora, a apresentar os capítulos onde serão divididos em 3 (três), que servirão de base no transcorrer do seu desenvolvimento. O primeiro capítulo, intitulado: “Percurso Metodológico” o qual apresenta a metodologia utilizada no campo de pesquisa, onde ocorreu, como se deu a aproximação e delimitação do objeto e a inserção no campo a ser pesquisado.

O segundo capítulo, voltado para discussões sobre: Política Nacional da Assistência Social (PNAS), O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Programa Bolsa Família (PBF).

No terceiro capítulo, faremos referência aos resultados, no qual descreveremos as análises da pesquisa “As repercussões do Programa Bolsa Família no cotidiano das famílias da comunidade do Bairro São José e relatos da pesquisa de campo”.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Aproximação e delimitação da pesquisa.

Vários acontecimentos ao longo da minha existência, suscitou-me o interesse por escolher uma temática relacionada a famílias, voltada para o bem social. Fazemos um breve relato desses fatos, quando no ano de 1990, aos 17 anos de idade tive a oportunidade de participar de um projeto municipal (Juventude em Ação). Era um projeto desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social de Aracoiaba, com jovens carentes. O objetivo desse projeto era a inclusão desses jovens na sociedade, com atividades recreativas, incentivos escolares, cursos de artesanato e uma possível inserção no mercado de trabalho. Na época houve uma seleção entre os jovens participantes do projeto, para receberem uma bolsa de estágio na Secretaria de Assistência Social.

Pelo destaque nas ações desempenhadas, com participação e entusiasmo, consegui êxito na seleção e garanti quase 2 anos de estágio, acompanhando de perto todas as dificuldades enfrentadas pelas famílias carentes. Este foi o primeiro contato com famílias em situação de vulnerabilidade social.

Aos 18 anos, participei de uma seleção no Município de Aracoiaba, promovida pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, para Agente de Saúde, ficando classificada em 1º lugar. No ano de 1991 assumi o cargo, no qual desenvolvo um trabalho de orientação, notificação e acompanhamento às famílias da referida comunidade. Durante as visitas domiciliares tive a oportunidade de acompanhar de perto os anseios e as dificuldades das famílias carentes, sendo assim, aproximei-me da temática e me envolvi com a mesma, devido o contato direto com a realidade vivenciada.

Em 2003, no início da implantação do Programa Bolsa Família, em que as famílias em situação de vulnerabilidade social, passaram a ser amparadas pela transferência direta de renda. No cotidiano do meu trabalho, pude presenciar as críticas e os anseios das famílias em relação a esse Programa. Desde então, venho acompanhando mudanças no dia a dia dessas famílias, porém, nada confirmado por estudos, daí surge à necessidade de realizar uma pesquisa sobre essa temática.

Ao adentrarmos no seio familiar nos vem em mente uma interrogação a respeito da relevância que o Programa Bolsa Família tem para essas mulheres, e

até que ponto esse benefício possa contribuir na melhoria e na qualidade de vida das mesmas. Por isso, essas e outras questões nos motivaram a pesquisar sobre os anseios e expectativas dessas famílias.

Vale lembrar ainda que, acompanho os trabalhos de avaliação das condicionalidades voltadas na área da saúde. Inicialmente realizo a busca ativa, na localização de todas as famílias, depois no acompanhamento e na realização da antropometria (peso/estatura), averiguação de vacinas, cumprimento de pré-natal e aleitamento materno, tendo assim, conhecimento de todas as famílias que recebem o benefício do programa. Além disso, observamos que os mesmos carecem de um olhar especial em relação a qualidade de vida, e ao atendimento de políticas públicas específicas.

Logo, a aproximação e a delimitação do presente estudo, foi um processo de conhecimento e de aprendizado construído ao longo do percurso do Curso de Serviço Social. O primeiro contado com o tema se deu na disciplina Metodologia Científica, Disciplina de Pesquisa I, em que comecei acompanhando a aplicabilidade do Programa na vida das famílias da comunidade do Bairro São José. Portanto, desde aquela disciplina e posteriormente, na disciplina de Pesquisa II, Trabalho de Conclusão de Curso I e no momento, no Trabalho de Conclusão de Curso II, todo esse envolvimento e aproximação com o objeto de pesquisa facilita a concretização do interesse em saber da real relevância do Programa na vida dessas famílias.

No âmbito acadêmico tive a oportunidade de estagiar no CRAS do Mondego, no município de Baturité, nas disciplinas de estágio I e II, no qual elaborei e desenvolvi um projeto voltado para as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das condicionalidades exigidas para a permanência no programa. Desse modo, a pesquisa propiciou uma integração maior e mais profunda com o tema abordado.

Desta forma percebi que o profissional, sendo ele de qualquer área, será sempre um eterno estudante, necessitando manter-se nutrido de mais conhecimento e entendimentos de tudo que o envolve no cotidiano do seu ofício, principalmente, para os que lidam com as ciências sociais. Então, como acadêmica do curso de Serviço Social, estimo que este trabalho possa, portanto, ser mais um veículo norteador acerca das políticas públicas, das instituições responsáveis por essas atividades.

No item a seguir, abordaremos como se deu a inserção no campo e as interlocutoras da pesquisa.

2.2 A Inserção no campo e as interlocutoras da Pesquisa

Conforme o exposto anteriormente, minha inserção no campo de pesquisa, ocorreu ao longo de minha vida, desde a adolescência até minha atuação profissional e como estudante de serviço social. Essas condições permitiram um maior e melhor entendimento das características do objeto da pesquisa, principalmente por morar e trabalhar no campo de investigação.

Neste caso, o trabalho ao longo de todo esse tempo, despertou-me o desejo de compreender quais os significados que o Programa Bolsa Família tem na vida dos beneficiários.

A pesquisa de campo foi realizada no Município de Aracoiaba – Ceará, que dista por volta de 72 Km. da capital cearense, localizada na região do Maciço de Baturité, sua população é de 26.405 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

Sendo assim, neste trabalho desejamos conhecer as mudanças na vida das famílias amparadas pelo programa de transferência direta de renda do Governo Federal, (PBF), no qual destacaremos a comunidade do Bairro São José da referida cidade, que servirá como fonte de pesquisa.

A comunidade do Bairro São José é uma das mais antigas da cidade e inicialmente era conhecida como 'matador', pelo fato de que, todo o gado era abatido nesta localidade. Atualmente, neste lugar reside o total de 270 famílias, sendo 110 amparadas pelo Programa Bolsa Família e localizada na zona urbana da cidade.

Destacaremos algumas potencialidades do Bairro São José, onde foi desenvolvida nossa pesquisa de campo com as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Vejamos a seguir a Imagem 1, o Posto de Saúde.

Imagem 1- Unidade Básica de Saúde Otávia da Costa Pinheiro



Fonte: Campo de Pesquisa

É nesta unidade de saúde que a população é acompanhada pela Programa Saúde da Família (PSF) Otávia da Costa Pinheiro, como mostra a imagem 1, com atendimentos a crianças, jovens, adultos e idosos, com ações básicas de saúde.

A unidade faz cobertura de atendimento a 4 comunidades em seu território de abrangência, no total de 1.241 famílias, de acordo com o cadastramento de prontuários de atendimento. A equipe é formada por 1 Médica, 1 Enfermeira, 1 Dentista, 1 Técnico de Higiene Dental (THD), 1 Técnica de Enfermagem, 1 Agente Administrativo, 1 Atendente e 1 Auxiliar de Serviço Gerais. Conta com o trabalho de 6 Agentes Comunitários de Saúde no acompanhamento das referidas famílias.

Vejamos a seguir na imagem 2, uma das ruas do Bairro São José.

Imagem 2 – Rua Pedro Rufino



Fonte: Campo de Pesquisa

As ruas possuem rede de esgoto, porém, sem saneamento básico, são pavimentadas, tem energia elétrica em todos os domicílios, com abastecimento de água encanada. É composta por 4 ruas principais, algumas travessas e becos.

Na imagem 3, mostraremos a escola de música que funciona nesta comunidade.

Imagem 3- Escola de Música de Aracoiaba



Fonte: Campo de Pesquisa

A sede da Escola de Música do Município, funciona nessa localidade, desenvolve um trabalho com aproximadamente 200 crianças e jovens e dispõe de aulas de violão, flauta e canto, duas vezes por semana, nos turnos tarde e noite, segundo registros de cadastro da escola. Os alunos realizam apresentações em eventos na cidade e em datas comemorativas.

Vejamos a seguir na imagem 4 a quadra de esporte.

Imagem 4 - Quadra de Esporte



Fonte: Campo de Pesquisa

A quadra de esporte fica localizada na entrada da comunidade, o espaço é utilizado tanto pela população local como por outras áreas de abrangência, onde os jovens realizam várias atividades esportivas.

Na imagem 5, mostraremos a praça de eventos.

Imagem 5 - Praça de Eventos.



Fonte: Campo de Pesquisa

Este espaço é destinado para a realização de eventos da cidade, festas dançantes, e ainda, a população utiliza-o para fazer caminhada, prática de esportes, ciclismo, atletismo e também o **Projeto Atividade Física** no Polo de Aracoiaba, para Jovens, adultos e idosos, aberto ao público de segunda a sexta, das 7 às 8 horas da manhã, contando com um preparador físico para o acompanhamento. Conforme a Imagem 5, é um espaço amplo e arborizado.

Mostraremos na imagem 6, o mini polo industrial, que funciona na comunidade.

Imagem 6 – Mini Polo Industrial



Fonte: Campo de Pesquisa

Neste espaço, funcionam fábricas de costura, porém, estas fábricas empregam na sua maioria, pessoas de outros bairros. Apesar de ser uma comunidade dotada de espaços voltados ao bem social, ainda possui um nível de desigualdade, justificando assim o grande número de beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

A pesquisa procura perceber como esse Programa modifica o cotidiano dessas pessoas, com referência para os anos de 2011 a 2017, enfocando possíveis mudanças socioeconômicas nessas famílias.

A compreensão se deu a partir da realização das entrevistas nos dias 15 e 28 de outubro, 6, 7 e 20 de novembro de 2017. Para a coleta dos dados, realizamos visitas domiciliares e utilizamos gravador de voz nas entrevistas com perguntas semiestruturadas.

As mulheres, foram os principais atores na execução desta pesquisa, por serem as administradoras e as titulares do benefício. Essas mulheres são, em sua maioria, donas de casa, não possuem renda fixa, não concluírem o Ensino Médio e são de origem simples. As mesmas foram abordadas em suas próprias residências, facilitando assim o relacionamento do entrevistador com a entrevistada.

Vale ressaltar que, ao adentrar na comunidade para a realização da pesquisa, desfiz-me da posição como Agente de Saúde, deixando claro para as famílias que estava ali como estudante, na qualidade de pesquisadora acadêmica. Garantindo assim, uma distância mínima do pesquisador com o senso comum. Conforme afirma GILBERTO VELHO (1978, p.123) que: “o pesquisador veja com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões”.

Faz-se necessário deixar registrado, a solicitude dos sujeitos envolvidos e pela recepção acolhedora, em que todas as famílias aceitaram de prontidão participar da pesquisa, contribuindo assim para a realização deste trabalho.

A partir dessas entrevistas, na tentativa de condensar as informações obtidas, utilizamos do **método da saturação** as entrevistas foram realizadas até que os resultados passaram a ter uma repetição constante, e que a continuação da pesquisa não mais contribuiria para a mesma. (FONTANELLA, 2008).

No capítulo seguinte, abordaremos algumas discussões sobre os assuntos que nos permitiu um conhecimento com mais propriedade sobre a temática da pesquisa.

3. DISCUSSÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS, O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

3.1 Antecedentes Históricos da Assistência Social no Brasil

A história da assistência social é uma das práticas mais antigas da humanidade, voltada sempre para os menos favorecidos. Segundo Sposati (2014, p. 59), “A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades”. Desta forma começam a surgir grupos filantrópicos e religiosos, com práticas de ajuda a essa parcela da sociedade.

Reforçando as palavras da autora, sobre essa ajuda ela afirma que:

[...] se guiou pela compressão de que na humanidade haverá sempre os mais frágeis, os doentes; que não conseguirão reverter sua condição, carecendo de ajuda. O homem é naturalmente um ser dependente, pleno de necessidades e carecimentos. Superá-los é sempre seu desafio e busca. (SPOSATI, 2014, p.59).

Essas ajudas ao longo da história, segundo a autora, se apropriam não só da prática assistencial como expressão de benemerência, mas também catalisa e direciona os esforços de solidariedade social da sociedade civil. Diante do contexto, a assistência social surge com o intuito de suprir as necessidades dessa classe e com a expansão do capital, é incorporada pelo Estado sob duas formas, uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social e a outra, para dar conta de condições aprofundadas da força de trabalho.

No entanto, no Brasil até 1930, não se percebeu a pobreza enquanto esclarecimento da questão social, e sim como uma disfunção pessoal dos sujeitos, tal acontecimento é confessado pela observação social oferecido aos indivíduos, os quais eram orientados para o isolamento ou internação. A pobreza era tratada como doença. Como afirma Sposati (2007, p. 42):

(...) os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à estatais iniciais saúde e a assistência social. O

resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada.

Ao refletir sobre a afirmação da autora acima, percebemos que o Estado considerava os pobres como um ser débil e incapazes de ser provedor do seu sustento, onde a assistência era dada como uma fonte para ajudar, além de ser visto pela sociedade como um gesto de humanidade.

Esse cenário começa a mudar a partir da crise mundial do capitalismo, no qual, a relação entre o trabalho e o dinheiro é inserido na sociedade e o Estado servirá de fonte de justiça e polícia. Destarte, no Brasil, como afirma Sposati (2014, p 61) “[...] esta inserção é a condição fundamental para acumulação, consolidação e expansão do capital, passando a assumir responsabilidades pelas condições da vida da população”. Diante deste contexto Sposati (2014, p. 62) relata que:

[...] em 1923 a Lei Elói Chaves (Lei n. 4.682, de 24/1/1923) criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os funcionários. Antes de 1930 duas outras categorias já recebiam os benefícios do seguro social: portuários e marítimos, pela Lei n. 5.109 (20/12/1926), e telegráficos e radiotelegráficos, pela Lei n. 5.485 (30/6/1928).

Desta maneira, a autora expressa os primeiros passos da Assistência trabalhista através das referidas leis, em que o Estado passa a vigiar, dispor e monitorar as ações junto à força de trabalho, reconhecendo que a questão social passa a ser uma questão política de sua responsabilidade.

Sendo assim, a medida que o Estado se responsabiliza, ele passa a incorporar uma nova técnica social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais desta área, no qual, a presença deste técnico garante a justiça social na direção da assistência. Conforme Sposati:

O Serviço Social é implementado no Brasil (e em São Paulo) em 1936 através do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), um dos promotores da ação católica de São Paulo. A problemática operária era uma preocupação do CEAS, criado em 1932 em plena revolução paulista. Já nessa ocasião mantinha quatro centros operários em São Paulo. Entendia a formação social desenvolvida nesses centros como um apoio a esses ‘organismos transitórios que cederão lugar à associação de classe que nossas elites operárias irão formar e dirigir logo que para isso estejam aptas. (Sposati, 2014, p. 63).

Com isso, o Serviço Social é implantado, principalmente por intermédio da Igreja católica, que suscitava em grupos particulares e frações de classe que se manifestassem, possuindo em seu início uma base social demarcada pela ideologia igualmente apontada, ainda com base no autor Raul de Carvalho:

[...] Se as leis sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta". (Carvalho, 1981).

De tal modo, o autor mostra como a origem da assistência no Brasil é caracterizada pela imposição, perdendo sua licitude, na qual foi preciso que acontecesse o resgate histórico do Serviço Social, para que ocorresse a superação do mesmo.

Nesse sentido, a assistência era negada por conta da conexão nela subentendida que replicava à intuição da autopromoção, como resultado da capacitação dos potenciais de indivíduos, grupos ou comunidades, nessa concepção histórica foi necessário a ação profissional (técnico-científico) e tal ação foi vista como positiva e com valor essencial (SPOSATI, 2014).

No decorrer da trajetória da assistência social no Brasil, o papel do técnico-científico foi legitimado a partir do Decreto de lei n. 525, de 1938, onde, neste documento ficou instituído que o Serviço Social passa a ser uma categoria do serviço público e que tal resultado se deu a partir da organização do Conselho Nacional de Serviço Social, no qual, está vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (SPOSATI, 2014).

Dessa forma, com a implantação dos órgãos centrais e regionais da previdência social e a reorganização dos serviços de saúde, educação, habitação e assistência ampliaram de modo significativo o mercado de trabalho para os profissionais na área social, na qual, o Serviço Social, como profissão e como ensino especializado foi beneficiado, já que ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado de trabalho, criavam-se também as condições para uma expansão rápida das escolas de serviço social.

No mesmo contexto, no ano de 1942, foi criado por Decreto-lei a Legião Brasileira de Assistência (LBA), servindo então como instrumento de contribuição

junto ao Estado no intuito de contribuir na atuação dos Serviços de Assistência Social. No mesmo ano foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 1943, foi proclamada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já no ano de 1946, foram estabelecidos mais dois instrumentos importantes para o acolhimento dos trabalhadores: o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço do Comércio (SESC). No mesmo período foi instituído a Fundação Leão XIII, com a finalidade de agir na instrução pública dos favelados do Rio de Janeiro (Bulla, 2003, p. 6/7).

As referidas instituições tiveram papel importante para a proteção do trabalhador, pois lutou por medidas de Política Social, durante o período de 1930 a 1954, conforme expõe Bulla (2003, p. 7)

[...] essas medidas podem ser citadas a instituição do salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convocação coletiva de trabalho, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a assistência à saúde, à maternidade, à infância e uma série de outros serviços assistenciais e educacionais.

Também neste período, mais precisamente no ano de 1951, a classe trabalhista obteve muitas conquistas como, a criação da casa popular, que melhorou a habitação, o abono familiar, que foi concedido somente para famílias com rendimentos abaixo de dois salários mínimos e com filhos menores de 18 anos.

Surgindo assim uma nova era no cenário social, um:

“[...]novo desafio consistia em construir teorias a partir dessas práticas, buscando-se a definição da especificidade da prática do Serviço Social, em meio a outras práticas sociais. Na década de 70, continuaram, com maior vigor, o questionamento em relação à formação para o Serviço Social, articulados às críticas à Educação e à Universidade [...]” (Bulla, 2003, p. 12).

Neste sentido, as instituições eram consideradas aparelhos ideológicos do Estado e lugar pela luta de classe e pela direção da sociedade e as mesmas passaram a ser avaliadas como lugar conflitante, em que rodeavam as ideologias e em que se podiam prevalecer-se dos espaços para a divulgação de inovações e entendimentos, para minar as estruturas, agitar a supremacia das classes dominantes e apostar em uma nova estrutura societária. (Bulla, 2003).

Segundo o autor supracitado, todas essas discussões acabaram impulsionando que no:

[...] fim da década de 70 do século passado e início da seguinte, junto com os movimentos sindicais, cresceram as reivindicações dos moradores de vilas e bairros, e se fortaleceram as comunidades eclesiais de base. Setores da classe começaram também a se articular no sentido de fazer oposição ao regime político em vigor. Crescia a pressão pela volta da democracia, que tornasse possível o exercício da cidadania pelos fins da década de 80, com a redemocratização do País e com a nova Constituição (Brasil, 1988) ocorreu uma importante mudança na área do Serviço Social, que acompanha todo um movimento da sociedade brasileira. As políticas passaram a direcionar-se para a universalização e garantia dos direitos sociais, para a descentralização político-administrativo e para a participação popular” (Bulla, 2003, p. 14).

Reforçando o pensamento da autora, após a constituição de 1988, as políticas sociais passaram a direcionar-se para a universalização, garantindo os direitos sociais, as quais descentralizava a política-administrativa e dava voz ao povo.

3.2 A Política da Assistência Social a partir da Constituição de 1988

A luta pelo bem social é marca registrada desde os primórdios da história humana. Conforme citado anteriormente, as injustiças que assolam a sociedade vêm sendo abordado em ações políticas, seja em atos individuais ou em ações coletivas.

No Brasil, muito se avançou nesses aspectos, através de Projetos e Programas que com o tempo resultaram em políticas públicas de combate à pobreza e vulnerabilidade social.

Nesse sentido, um marco na legislação nacional que mudou o cenário da seguridade social, foi a Constituição Federal de 1988. No título VIII, que trata da ordem social, no capítulo II, artigo 194, afirma que “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social” (CF, 1988, p. 95)

Esse documento reforça o interesse de garantir os direitos das classes menos favorecidas e abre um leque de possibilidades para ações que prima defender a justiça social.

Já no artigo 203, na Seção IV, que versa exclusivamente sobre a assistência social afirma que "... será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social...". Dessa forma, seus objetivos oferecem proteção e segurança a diversos grupos. Vejamos abaixo:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (CF, 1988, p. 99)

Tentar garantir os direitos básicos a esses sujeitos vulneráveis, afasta a sociedade da linha de pobreza absoluta, haja vista essa condição deficitária e injusta, resultar não somente na renda e no consumo das pessoas, mas reflete nos índices de educação, saúde, nutrição e no desenvolvimento humano de forma negativa.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, medidas assistenciais foram surgindo, trazendo conquistas para uma parcela da sociedade tão desprivilegiada pelos sistemas social e político.

Para entender melhor a garantia da execução dessas providências, no artigo 204, da mesma Seção, explica acerca dos mecanismos financeiros que proverão essas medidas assistenciais, de origem pública ou privada, e ainda da formação de conselhos representativos. Vide a seguir esse artigo na íntegra:

- “As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
- I – descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
 - II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. ”
- (CF, 1988, p. 99)

A partir dessa nova compreensão da proteção social trazida pela Constituição de 1988, que aparece como um degrau para vencer a situação de pobreza, nos anos seguintes foram marcados por diversas conquistas na legislação vigente,

voltadas para o tratamento digno às minorias. Exporemos a seguir algumas das transformações nos processos de reforma da política assistencial no Brasil.

Uma das primeiras transformações e a que desencadeou todo o avanço para a assistência social brasileira foi a Lei n. 8.742, de 07/12/1993, mais conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Segundo Simões (2014), foi através dela que a população em risco ou vulnerabilidade social deixou de ser favorecida e passou a ser usuária e beneficiária, em que, tal serviço assegurado, não é uma prática simples, mas, uma ação orientada institucionalmente e fundamentada numa concepção teórica que muda a ação política, a qual, em seu art. 1º é instituído a assistência como um conjunto integrado de ações de iniciativa pública.

Nessa mesma perspectiva, acontece a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social, na qual é sistematizado e institucionalizado a LOAS como um direito da cidadania, o que representou para a assistência social brasileira um avanço, pois, a partir deste evento é instituído o seu estatuto como política de Estado, integrada à seguridade social. (Simões 2014, p. 306).

Essas e outras ações posteriores desencadearam, em 2004, a aprovação de uma Política Nacional da Assistência Social (PNAS), definida segundo Simões (2014) a assistência como política de seguridade social, direito do cidadão e dever do Estado que deve universalizar direitos sociais.

Na aceção de reforçar a legalidade da assistência social, afirma-se que “ela veio através da Resolução n. 145 de 15/10/2004 do Conselho Nacional de Assistência Nacional – CNAS, a fim de compor uma rede nacional, rompendo com a prática das ajudas parciais e fragmentadas”. (SIMÕES, 2014, p. 320)

Então é perceptível que tudo ocorreu para suprir uma situação que atinge principalmente, a maioria da população brasileira, que é a pobreza e a desigualdade social. São pessoas, famílias que não tem como sair de uma condição precária, sem ter o mínimo de dignidade. Para Martins, pobreza “[...] não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças”. (MARTINS,1991, p. 15).

Nesse sentido, para suprir a insuficiência de renda, no ano de 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica (NOB) que juntamente com a Política

Nacional de Assistência Social – PNAS, tem a obrigação de buscar orientação para uma nova gestão no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a fim de materializar as diretrizes de Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Conforme Simões (2014), o SUAS é o sistema que consolida a Política Nacional de Assistência Social, de forma ampla através das políticas universais, devendo ter seus direitos assegurados, independente de seus rendimentos, das políticas focalizadas, asseverando os direitos a quem dela necessita, sendo eleito por um critério como o de baixa renda e das políticas de seguro social, assndo as pessoas que contribuem com um valor proporcional à renda em decorrência do seu trabalho.

Neste mesmo contexto Simões (2014) reforça que dentre as três políticas supracitadas, a política focalizada ganha uma ênfase com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), assegurado pelo inciso V do art. 203 da constituição Federal e o art. 20 da LOAS, no qual, é instituído o direito a pessoas com deficiência incapacitante ou idosos que não tenham condições de prover seu sustento.

As leis, normas, conselhos, entre outros mecanismos de luta contra a pobreza, supracitados, avançaram nas últimas décadas, impulsionados pela promulgação da Constituição de 1988, promovendo a inclusão social. Mas não são somente documentos que vencem as desigualdades, mas investimentos reais no setor econômico das famílias de baixa renda e/ou em condições de vulnerabilidade social.

Depois foram implantados o Programa Bolsa-Escola e, enfim, o Bolsa Família, Programa que revolucionou as políticas assistencialistas, pois retirou milhares de famílias brasileiras da zona de extrema pobreza.

3.3 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social, instituído pela Medida Provisória nº 132 em outubro de 2003 no Governo do Presidente Lula, logo depois convertido em lei – Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, (BRASIL. Lei nº 10.836, 2004), fazendo parte da estratégia de combate à pobreza e da extrema pobreza, do Fome Zero, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (BRASIL 2009).

O programa tem como estratégia fazer com que a população vulnerável tenha acesso as políticas públicas, através do controle das ações básicas, pelo cumprimento das condicionalidades, em que se estabelece no domínio da Estratégia Fome Zero, havendo os seguintes objetivos, segundo MDS (2015):

Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Diante do cenário histórico que o Brasil estava passando durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi concretizado um estudo sobre os programas sociais já existentes, sendo realizado um diagnóstico sobre o desempenho dos programas, surgindo então a necessidade da unificação dos programas em andamento. Em um diagnóstico segundo SILVA (2008 p. 34-35), destacou-se os seguintes problemas:

[...] ausência de uma coordenação geral dos programas, propiciando desperdício de recursos, além de se insuficiência de recursos alocados; ausência de planejamento gerencial dos programas e dispersão de comando em diversos Ministérios; incapacidade no alcance do público alvo conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos pelos programas.

Na presença da ineficiência dos programas já existentes, é criado o Programa Bolsa Família, com a finalidade de melhorar o atendimento ao usuário, expandir recursos para os programas e aumentar o valor dos benefícios. Unificando então o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e mais adiante o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). (Silva, 2008).

Desta forma, observando a situação das famílias beneficiadas pelo referido programa, no que tange à moradia, alimentação, saúde, educação, seu poder de consumo, bem como suas necessidades que ainda são imensas, importa observar a seguinte afirmação:

Uma determinada parte da população que se encontra na situação de desestabilidade social, são às que não tem proteção social nem proteção trabalhistas, mesmo tendo trabalho fixo, ou bicos, as mesmas continuam numa situação não confortável, pois o dinheiro que ganham com seu

trabalho não supri as necessidades básicas de suas famílias (CASTEL, 2005, p. 56).

Nesse sentido, o Programa Bolsa Família, surge como uma forma de tentar sanar as desigualdades vividas por pessoas sem renda fixa, sendo norteado por três eixos principais, a qual servirão como direção para alcançar os objetivos e metas almejadas pelo programa:

Complemento de renda – todos os meses, as famílias atendidas pelo programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** – as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que tem como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e a assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. **Articulação com outras ações** – o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2015).

É importante frisar, que a atuação do programa vai além de tentar acabar com a fome, no qual, percebe-se que as ações estão focadas na inclusão social da margem desta população.

Como reforça Campelo (2013), o Programa tem como objetivo contribuir com a inclusão social de muitas famílias vulneráveis, almejando estimular um melhor acompanhamento nos serviços de saúde, ajudando também a superar indicadores que marcam trajetórias educacionais com altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série, e por fim, o alívio imediato da fome.

Desta forma, segundo dados do MDSA (2017) o:

[...] programa Bolsa Família recebeu atenção especial do governo nos últimos 12 meses. Hoje, são cerca de 13,9 milhões de famílias beneficiadas, às quais são destinadas cerca de 2,4 bilhões por mês. Em fevereiro, cerca de 463 mil famílias registradas no Cadastro Único e que aguardavam para começar a receber o benefício foram incluídas no programa. Foi o segundo mês consecutivo em que a fila de espera do programa foi zerada. Outra ação de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) foi o reajuste de 12,5% no valor do benefício médio. Autorizado em junho de 2016 pelo presidente Michel Temer, o aumento fez com que o benefício médio passasse de R\$ 162,00 PARA R\$182,31. O programa estava sem reajuste há dois anos.

Diante dos dados supracitados, o Programa se mostra de forma eficaz, ampliando seu campo de amparo social sendo assegurado, segundo Castro,

Modesto (2010), pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENASC) e a Caixa Econômica Federal (CEF), que são os órgãos responsáveis pelas principais decisões do Programa Bolsa Família, todavia que, a caixa é o órgão pagador, recebe e processa todas as informações levantadas pelos municípios através do Cadastro Único, realiza e calcula os valores a serem recebidos pela renda per capita das famílias, de acordo com os critérios da SENASC, fornece os cartões magnéticos e realiza o pagamento dos benefícios.

Entretanto, para que a CEF forneça o benefício, os dados são coletados pelo Cadastro Único, que servem como um censo, embora não muito exato da população pobre do país. Os cadastros são de responsabilidade dos municípios e são realizados através de questionário padrão definidos pela SENASC, sendo acompanhados por relatórios das contrapartidas.

Para que as famílias tenham elegibilidade a participar do programa dependem de dois critérios principais:

O primeiro está associado com a situação socioeconômica da família medida pela renda per capita (RDPC) – a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família dividida pelo total de indivíduos na família. O segundo critério está vinculado à composição familiar, em particular, a idade do filho mais novo. O PBF também exige do beneficiário o cumprimento de condicionalidade associadas à saúde infantil e a educação (Campelo, 2013, p. 330).

Desta maneira, o perfil de elegibilidade classifica as famílias com grau de vulnerabilidade, a extrema pobreza, com valor de renda per capita até R\$ 85,00, e a pobreza com renda per capita de R\$ 85,01 até R\$ 170,00, Segundo dados do MDS (2017).

Neste contexto, Segundo MDS (2015) após a seleção e classificação das famílias, o poder público tem o dever de garantir a elas a oferta e a qualidade dos serviços. Em contrapartida, as famílias assumem a responsabilidade de cumprir com as condicionalidades impostas pelo Estado para a permanência no Programa. Tais condicionalidades estão direcionadas para áreas da educação e da saúde. Como informa MDS (2015):

Na área da Educação- os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; a frequência escolar deve ser de,

pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 a 17 anos, todo mês. [...] Na área da Saúde- os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; as gestantes devem fazer o pré-natal e ir as consultas na unidade de saúde.

Desta forma, para permanecerem no Programa é necessário manter tais dados de condicionalidades atualizados e o não cumprimento delas acarreta para a família inicialmente uma advertência, depois há um bloqueio, repetindo-se o descumprimento haverá uma suspensão e em última instância, o efeito mais grave, que é o cancelamento do benefício.

Tratando-se de Aracoiaba, município no qual a pesquisa foi desenvolvida, Segundo MDS (2017), possui 4.598 famílias beneficiadas, o que corresponde a 42,53% da população total do município. De acordo com dados do IBGE, o município atingiu sua meta de atendimento do Programa que é de 117,27% em relação à estimativa de famílias pobres.

4. AS REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ E RELATOS DA PESQUISA DE CAMPO.

4.1 Discussões, Conceitos e Leituras sobre Famílias.

Desde os primórdios da história da humanidade, é notória a importância da família para o equilíbrio da sociedade. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), define-se família como sendo:

[...] o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (BRASIL, MDS, 2009, p. 12)

Por ser uma instituição social antiga, sofreu as modificações através dos tempos na sua constituição. Numa perspectiva mais tradicional, entendia-se que família era a tríade – pai, mãe e filhos. Se a analisarmos numa visão mais moderna, mãe, mãe e filhos, pai, pai e filhos, mulher e mulher, homem e homem, pela legalização dos casamentos homossexuais, ou seja, não existe um modelo adequado de família.

Dessa forma, SIMÕES (2014, p. 195) considera várias concepções de famílias, a saber:

[...] família *natural*, de origem, *biológica* ou *consanguínea*, a comunidade formada pelos pais e seus filhos, conjuntamente ou não com avós, netos ou tios, *monoparental*, a da mãe ou o pai, um sem o outro, com seus filhos, *anaparental* a de familiares sem os pais, constituídas de irmãos, tios, sobrinhos, primos e outros, podendo incluir pessoas sem parentesco, ... , *homoafetivas*, as constituídas por pessoas do mesmo sexo, que se vinculam por laços afetivos, ... e, por famílias *substituta*, aquela em que é colocada a criança ou o adolescente por meio da guarda, tutela ou adoção.

Independente do tipo de família, será conhecida como célula ímpar nas esferas do convívio social, apresentando-se como uma organização marcada por integração de relacionamentos, na qual se deve perceber a sensação de segurança, de acolhimento e de carinho. Sobre isso, SIMÕES (2014, p. 191), afirma que:

A família constitui a instância básica, na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e, também, são transmitidos os valores e condutas pessoais. Apresenta certa pluralidade de relações interpessoais e diversidades culturais, que devem ser reconhecidas e

respeitadas, em uma rede de vínculos comunitários, segundo o grupo social em que está inserido.

No entanto, a família não é somente resultado das relações interpessoais, mas, de uma seguridade social, garantida por lei, pois, a Constituição Federal de 1988, no art. 227, diz que "... a integração familiar é concebida como um direito originário das crianças e dos adolescentes", que compreende o sustento, o cuidado, a educação e outros, como responsabilidades dos familiares.

Na sociedade atual, as desigualdades sociais contribuem para que nem todos possam assegurar esses direitos aos seus dependentes. Alguns fatores como a desestrutura familiar e a baixa escolaridade das pessoas, as colocam em situação de vulnerabilidade, exigindo ações de proteção social.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) garantiu atender as necessidades e a sobrevivência a essas famílias através do Princípio da Matricialidade sociofamiliar. Desse modo, referindo-se à centralização das famílias nesse processo, a PNAS compreende que "a família deixa de ser sujeita das ações assistencialistas e passa a ser o foco da política pública de assistência social".

Segundo Couto, (2012, p. 76), " Na PNAS, a matricialidade familiar significa que o foco da proteção social está na família, princípio ordenador das ações e serem desenvolvidas no âmbito do Suas". O Suas, atribuem a matricialidade, como uma das categorias centrais, seguindo as principais questões, como afirma COUTO (2012)

- Primeira questão: arranjos familiares diversos sempre foram características das famílias pobres.
- Segunda questão: a família é retomada como grupo afetivo básico, capaz de oferecer a seus membros as condições fundamentais para seu desenvolvimento pleno.
- Terceira questão: as metodologias de atendimento às famílias precisam ser revistas.
- Quarta questão: a necessidade de compreender essas famílias com suas singularidades, mas com seu pertencimento a uma classe social.

Essa realidade é marcante nas famílias pobres, que nesse caso, a autoridade moral da família, passa por uma visão hierárquica, em que ACOSTA (2010, p. 28), afirma:

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o *chefe da família* e a mulher, a *chefe da casa* [...] mostra que, no discurso masculino, a casa deve estar “sob controle”, enquanto as mulheres ativamente as controlam.

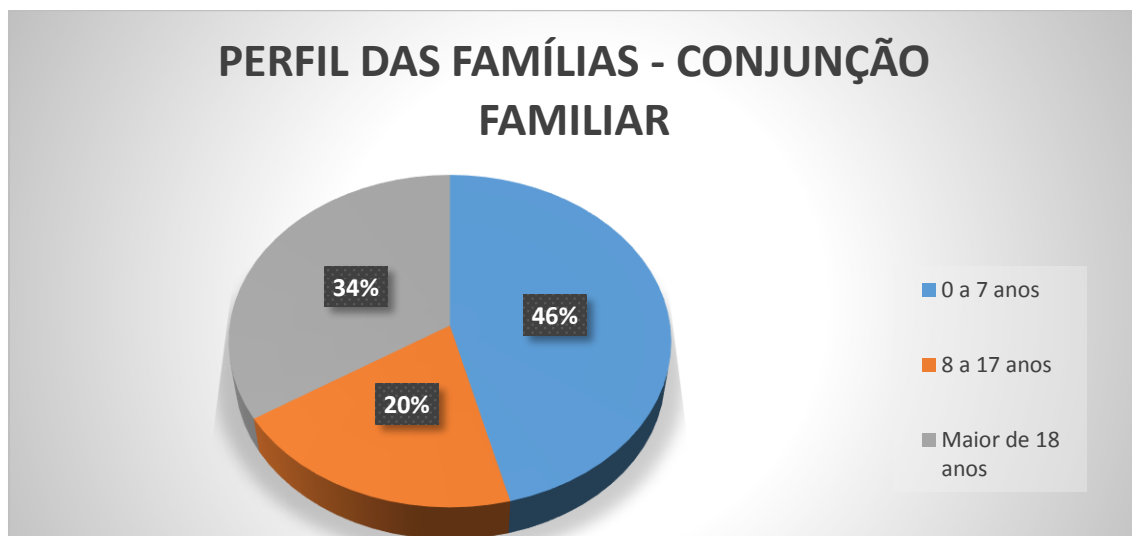
Talvez, por esse motivo, o principal programa de assistência familista, o Bolsa Família, confia à mulher a sua efetivação como medida de proteção social. Vejamos a seguir como se configura o perfil das famílias, objetos dessa pesquisa.

4.2 Perfil das Famílias Entrevistadas

Na primeira representação, fez-se necessário uma averiguação minuciosa em relação a situação socioeconômica das famílias, verificando a conjunção familiar, a escolaridade, os tipos de moradia e a renda. Assim, foi verificado que no perfil das famílias entrevistadas, 46% possuem crianças de 0 a 7 anos, 20% é composto por pessoas de 8 a 17 anos e que 34% são de maiores de 18 anos, conforme figura 1.

Desta forma, percebemos a necessidade da aplicação de políticas públicas voltadas para essas famílias, principalmente no planejamento familiar. Diante do cenário exposto, observa-se que quanto maior o número de filhos maior o grau de vulnerabilidade, como observaremos no Gráfico a seguir:

Gráfico 1

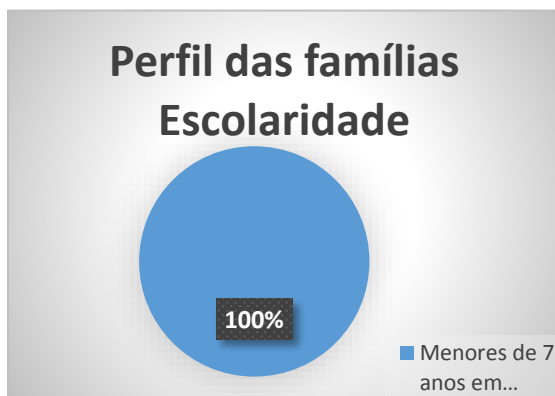


Fonte: Pesquisa de Campo

No nível de escolaridade, constatou-se que os pais não concluíram o Ensino Médio, as crianças menores de 7 anos em idade escolar, 100% estão frequentando

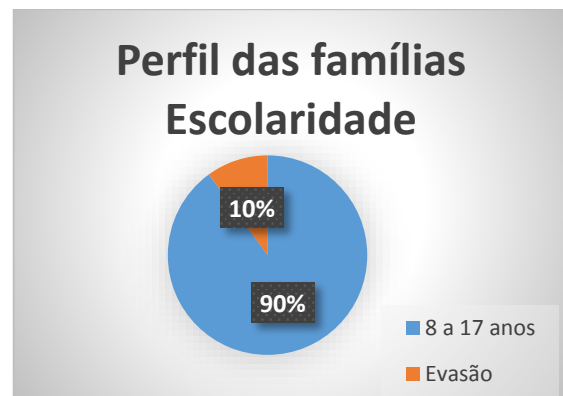
creches e escolas, os de 8 a 17 anos, 90% frequentando a escola e 10% de evasão escolar (Figuras 2 e 3). Percebemos então o esforço das mães para manterem os filhos na escola, mesmo com dificuldades financeiras. Em alguns casos, a dificuldade está voltada para as famílias que tem filhos adolescentes. As mesmas relataram que, ao entrar na fase da adolescência, começam a apresentar desinteresse pela vida escolar, iniciando a partir daí, o desafio dos pais para a permanência dos filhos nas escolas e para não perderem o benéfico. Vejamos nos gráficos a seguir:

Gráfico 2



Fonte: Pesquisa de Campo

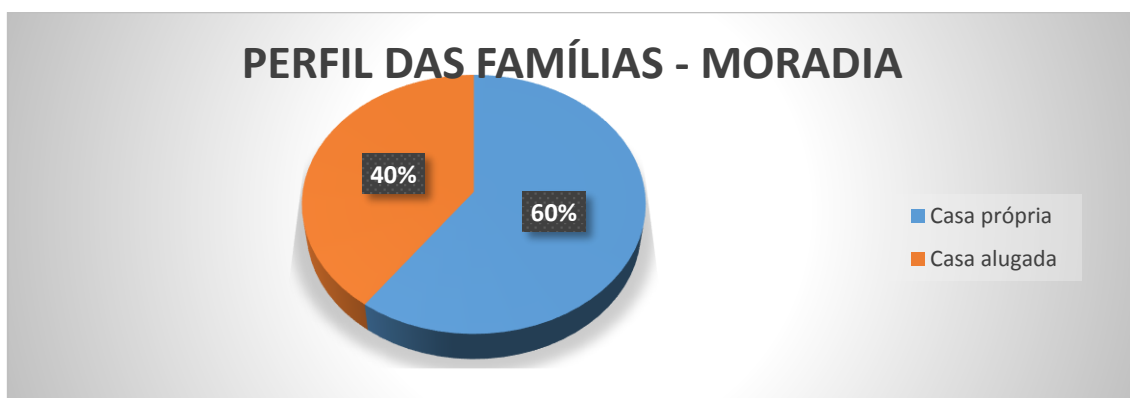
Gráfico 3



Fonte: Pesquisa de Campo

A situação de moradia entre as famílias é preocupante, pois notificamos que 40% das famílias pagam aluguel e 60% mora de casa própria, dessas casas 95% são revestidas (reboco) e 5% sem revestimento, 100% dos domicílios possuem banheiro. As famílias que moram de aluguel relatam um sonho de possuírem a casa própria. Como mostra o Gráfico 4:

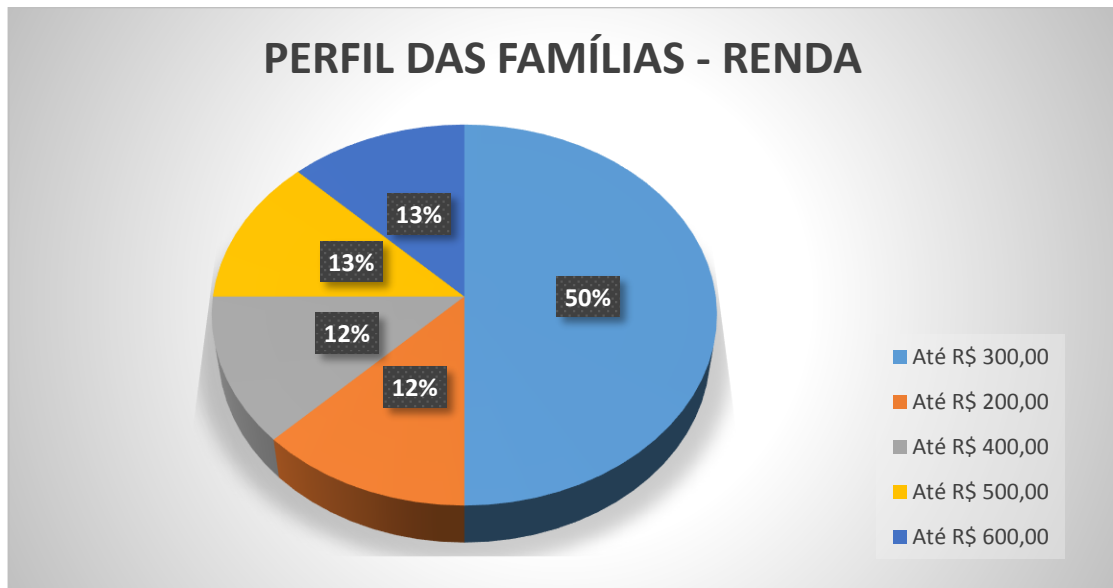
Gráfico 4



Fonte: Pesquisa de Campo

A renda média das famílias fica entre R\$ 200,00 a R\$ 600,00 (Gráfico 5), verificando que nenhuma delas são assalariadas, desenvolvem trabalhos informais, fazendo “bicos” ou recebem ajuda de parentes e vizinhos. Como mostraremos no gráfico 5:

Gráfico 5



Fonte: Pesquisa de Campo

Em uma análise mais ampla e eficaz com relação ao perfil socioeconômico das famílias, percebemos que a situação econômica ainda é o que mais agrava a condição de vulnerabilidade entre as famílias, a falta de trabalho, a incapacidade de gerar seu próprio sustento, suscita circunstâncias que comprometem a capacidade dessas famílias em suprir suas necessidades básicas.

4.3 Cotidiano das Famílias antes de serem beneficiadas pelo programa.

Através da pesquisa de campo realizada na comunidade do Bairro São José, com os beneficiados pelo Programa Bolsa Família, compreendemos qual a relevância do programa para essas famílias. Foram acompanhadas 4 famílias. Dessa forma, traremos a realidade propriamente dita por parte das mulheres que foram as interlocutoras da pesquisa. Entrevistamos Ana Paula, dona de casa, 26 anos, 3 filhos, natural de Aracoiaba. A mesma relatou como era sua vida e de sua família antes de receber o benefício.

Antes de receber esse dinheiro meus filhos só comiam o básico, arroz, feijão, comiam alguma coisa melhor quando ganhava dos vizinhos, meus filhos faltavam muito a escola por que não tinha material escolar. (Ana Paula, beneficiária do PBF).

Expôs também, que se sentia humilhada, por algumas pessoas, que julgavam os beneficiários do programa do Governo como vagabundos, manifestando sua angústia, declarou que não era vagabunda, apenas não tinha renda fixa, pois trabalhava como faxineira para ajudar no sustento de sua família.

Percebemos neste depoimento, o reflexo do desconhecimento das pessoas não beneficiadas em relação ao principal objetivo do Programa, ignorando também os índices favoráveis já alcançados, que o mesmo proporcionou e proporciona aos beneficiários, desta maneira fazendo, com que tenham uma visão distorcida e discriminatória dessa margem da sociedade que vive em situação de vulnerabilidade social. Conforme IPEA (2010, p. 54) “Os impactos do PBF foram relevantes no combate à desigualdade e a algumas medidas de pobreza e não se encontraram impactos negativos do programa”.

Outra mulher que entrevistamos foi Maria do Carmo, mãe solteira, 34 anos, com 4 filhos, natural de Baturité. A mesma declarou que vive só com os quatro filhos e que já passou muita necessidade, por não ter um companheiro para ajudá-la nas despesas da casa. Relatando que antes:

Não comprava nada nas lojas para minha casa, pois os lojistas achavam que eu não tinha como pagar, mesmo eu falando que trabalhava fazendo bicos, eles não tinham confiança, por que não era certeza, me sentia uma pessoa totalmente desvalorizada, sabia que poderia pagar mais não tinha como provar, nem comida eu comprava fiado, por isso a gente acabava passando fome. (Maria do Carmo, beneficiada do PBF).

Compreendemos então que o simples fato de não ter renda comprovada, acabou influenciando na capacidade das pessoas manterem-se com o seu próprio sustento, pois quem trabalha no informal muitas vezes não aparece serviço e a necessidade de se alimentar está presente todos os dias.

Em uma entrevista com a Senhora Joana, casada, 5 filhos, 44 anos, natural de Fortaleza. A mesma conta como era sua casa antes de receber o benefício e teve o prazer de mostrar sua casa, fazendo a comparação, falando que:

Antes minha casa era muito feia, não era cimentada, meu banheiro não tinha chuveiro, agente tomava banho com uma lata, eu não tinha geladeira e estragava muita comida, já tinha tão pouco para estragar, eu ficava muito triste por que sabia que iria fazer faltar para o outro dia, quando meu marido ganhava algum tipo de alimento de seus patrões não tinha onde guardar era mais comida estragada. (Joana, beneficiada PBF)

Percebemos então na fala de dona Joana, que a situação de vulnerabilidade pode estar além da questão da fome. A qualidade de moradia, alguns eletrodomésticos podem contribuir muito para uma boa qualidade de vida.

Continuando as entrevistas, conversamos com a jovem Maria de Fátima, de 21 anos, casada, 2 filhos, natural de Aracoíaba. A mesma relata que já recebe o benefício há três anos e conta como era sua vida e a vida de sua família antes de ser beneficiada. A mesma relata:

Meus filhos faltavam muito a escola, eu só ia no posto se estivesse alguém doente, já tive dias de não ter o que comer e dar para meus filhos, uma vez meu filho adoeceu eu não tinha nem um real para comprar o remédio e não tinha no posto para dar, fui comprar fiado na farmácia e não me venderam, meu marido teve que vender uma galinha para comprar o remédio, antigamente passava por isso sempre, não sei o que seria de minha família se não fosse o bolsa Família. (Maria de Fatima, beneficiada do PBF)

Como vimos neste relato, a importância do cumprimento das condicionalidades refletiu nesta família como uma melhora na educação e na saúde.

Não poderíamos deixar de comentar sobre uma visita que me chamou atenção, em que uma mãe expôs sua situação naquele momento, comentou que não tinha nem arroz para matar a fome de seus quatro filhos, relatando o seguinte “já pensou se não fosse o bolsa família, meus filhos passariam fome quase todos os dias, pois meu marido é o bolsa família”. Diante dessas circunstâncias percebe-se a importância do programa na vida das famílias em situação de risco social, porém não os tiram totalmente da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Assim podemos perceber que a questão econômica tem influência na qualidade de saúde das famílias em situação de vulnerabilidade social. A partir das declarações das mulheres beneficiadas pelo programa PBF, ficou notável as dificuldades que essas famílias enfrentavam antes dessa transferência direta de renda, e como o cotidiano mudou para melhor a partir de sua inclusão no programa,

mostrando então que o principal objetivo do programa está sendo alcançado que é sanar a fome imediata.

4.4 Mudanças no cotidiano das famílias após serem beneficiadas

De acordo com os comentários das entrevistadas em relação como era sua vida antes de receber o benefício, veremos agora o que estas relatam em como está sua condição após a transmissão de renda.

A entrevistada, Ana Paula, relata que:

Hoje consigo comprar outros tipos de alimentos para meus filhos. Quando recebo o dinheiro, compro biscoitos, frutas, leite e outras coisas. Nossa alimentação melhorou, pois quando não tenho o dinheiro compro fiado e quando recebo vou lá e pago ou faço faxinas e pago logo, graças a Deus meus filhos não faltam mais a escola, se eles não quiserem ir eu mando a força. (Ana Paula, beneficiado do PBF)

De acordo com o relato, os benefícios adquiridos através do Programa se mostraram eficazes, atingindo um dos objetivos do PBF, conforme afirma IPEA (2010, p. 86), teve impacto importante na redução da extrema pobreza no Brasil, o que significa que contribuiu também para a diminuição da fome, uma das manifestações mais perversas da pobreza.

No comentário a seguir, Dona Maria relata que sua situação mudou um pouco quando diz que:

Agora consigo comprar fiado no comercio, pois tenho meu dinheiro do bolsa família, compro remédio, fardamento para meus filhos, comida e as vezes quando dá, compro até um pedacinho de carne (Maria do Carmo, beneficiada do PBF).

Desta maneira, percebemos, que o poder de compra e ter como provar qualquer tipo de renda por menor que seja, como o benefício do programa, faz toda diferença para essas mulheres, trazendo um pouco de dignidade. De acordo com dados do IPEA (2010, p. 67), o aumento do poder aquisitivo proporcionado pelo Bolsa Família, melhorou a qualidade alimentar e de consumo das famílias beneficiadas.

Vejamos a seguir o depoimento da Senhora Joana:

Comecei a juntar um pouquinho de dinheiro todos os meses, e consegui cimentar parte de minha casa e ajeitei meu banheiro, coloquei um chaveirinho, minha casa está bem bonitinha e ainda compro comida para dentro de casa, e meus filhos estão na escola, confesso que o dinheiro é pouco, mais faço outros trabalhos e vou me virando como posso (Joana, beneficiada do PBF)

Verificamos, segundo os relatos, que hoje as mulheres se mostram satisfeitas, quando vê sua casa com um aspecto melhor e com a capacidade de compra que o benefício trouxe para sua família. De acordo com IPEA (2010, p. 66) o aumento da renda familiar, devido ao benefício e a regularidade das transferências auxilia o planejamento financeiro das famílias, principalmente das beneficiadas.

Dona Fatima relata que tem muito medo de perder o bolsa família, perguntamos a ela o que ela faz para não perder, e ela prontamente responde:

Faço de tudo para meus filhos não faltar a escola, vou sempre no posto para fazer os acompanhamentos, tenho muito medo do meu bolsa família ser cancelado, com esse dinheiro compro calçado, roupas, material escolar e comida. Deus me livre de perder esse dinheiro pois ajuda muito minha família. (Maria de Fatima, beneficiada do PBF)

Neste mesmo contexto notamos que, assim como Dona Maria de Fatima, muitas famílias tem o receio em perder o benefício, o que implica na melhora dos índices de desenvolvimento, principalmente, por conta do cumprimento das condicionalidades exigidas pelo Programa, o que contribuem para a vida dos beneficiados. IPEA (2010, p. 153).

Em análise das entrevistas, constatou-se que as famílias têm conhecimento de quais são as condicionalidades. Todas as famílias afirmaram que realizam as exigências, algumas mostraram que a maior dificuldade encontradas para esses cumprimentos, é na área da educação, por conta dos filhos adolescentes, que dificultam um pouco na frequência escolar e em algumas vezes por problemas de saúde, ocasionando também ausência no meio escolar.

As entrevistadas consideraram importante o cumprimento dessas condicionalidades para suas famílias, uma vez que antes seus filhos faltavam mais a

escola e que o calendário de vacina não era tão bem cumprido e relataram ainda, que os pré-natais dos filhos mais velhos foram diferentes dos mais novos.

Nos depoimentos, todas foram categóricas sobre a importância do programa para suas famílias, relatando que o programa tem contribuído na melhoria da qualidade de vida, que o Programa Bolsa Família é a única fonte de renda fixa, pois não possuem salários certos. As mesmas relataram que utilizam o dinheiro para a compra de material escolar, fardamento, vestimenta e principalmente alimentos. Contam que antes se alimentavam somente com o básico, hoje já compram outros alimentos como: biscoitos, frutas e em algumas vezes conseguem comprar algum tipo de carne.

Os beneficiários informaram que suas vidas sofreram modificações para melhor, em todos os aspectos. Passaram a ter o poder maior de compra, uma alimentação mais completa, maior frequência escolar, melhora na qualidade de aprendizagem e participação nas políticas públicas.

Todavia, vale destacar que o alívio imediato da pobreza é hoje o efeito mais perceptível do Programa Bolsa Família, tanto no município de Aracoiaba como em todo país, e é alicerçado por meio do acesso da família à transferência direta de renda, mostrando que o Programa Bolsa Família tem papel predominante nesse resultado.

Os relatos demonstraram que as famílias possuem projetos positivos para o futuro de seus filhos, almejando que eles superem o nível de escolaridade de seus pais e que o Brasil consiga diminuir a desigualdade.

No âmbito local do campo desta pesquisa, observamos uma atuação efetiva do Programa, o aprimoramento das políticas de desenvolvimento familiar, no que envolve as condicionalidades exigidas pelo PBF. Reduzindo a pobreza aliada à inclusão das famílias em seus direitos sociais básicos, agregando vínculo das famílias socialmente vulneráveis, IPEA (2010, p. 167).

É importante destacar que o PBF trouxe mudanças para as famílias e que hoje fazem coisas que antes não tinham condições, como por exemplo, comprar alguns tipos de alimentos que antes não tinham, biscoitos, carnes, leite dentre outros. Destacam também a importância na melhoria na frequência escolar de seus

filhos, mais acesso as políticas públicas, principalmente na área da saúde, atribuindo assim ao cumprimento das condicionalidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho foi possível perceber, através de estudos e pesquisas, que o Programa Bolsa Família, é hoje para o Brasil, a principal política de enfrentamento à pobreza, através da transferência direta de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Esse programa tem como finalidade o combate a pobreza, a redução da desigualdade social, a inclusão social dos menos favorecidos e a elevação dos índices de desenvolvimento humano através do cumprimento das condicionalidades na área da saúde e da educação.

A referida pesquisa tem como finalidade apresentar o debate sobre a atuação do Programa Bolsa Família no cotidiano das famílias beneficiadas. Bem como o estudo tem a intenção de apresentar a contextualização histórica do programa e os principais conceitos relacionados a desigualdade.

Para entender o contexto, fez-se necessário um resgate dos processos históricos da Assistência Social no Brasil e das definições acerca do próprio marco legal. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, é instituído o sistema de seguridade social. A Assistência Social passa a ser um direito do cidadão e não mais um favor do Estado a partir do texto constitucional.

O estudo faz um resumo do SUAS e suas modalidades de proteção social, cuja medida de gestão é descentralizado e participativo. A criação dos conselhos, a aprovação da PNAS - Política Nacional de Assistência Social que define como “Política de Seguridade Social, direito do cidadão e dever do estado”.

É importante salientar, que neste estudo verificou-se a vida das famílias da comunidade do Bairro São José. Para um maior entendimento sobre as mudanças no cotidiano das famílias a partir da inclusão no Programa Bolsa Família.

Através desta pesquisa foi possível perceber que as famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família na referida comunidade, observaram mudanças positivas em suas vidas e na vida de suas famílias. Diante da análise dos estudos desenvolvidos, é correto afirmar que os programas de Transferência Direta de Renda trazem alguns aspectos positivos para as famílias carentes, tais como: melhoria nas condições de vida dos beneficiados que investem na compra de alimentos, material escolar, vestimenta, e investem na melhoria dos domicílios.

Embora seja um programa com condicionalidades, as famílias conseguem cumprir, mesmo com dificuldade as exigências impostas pelo programa, que impõem o acompanhamento da saúde e do estado nutricional das famílias, a frequência escolar e acesso à educação alimentar. Enfim, o programa é considerado pelas mulheres significativamente bom. É correto afirmar que (100%) das mulheres classificaram o Programa Bolsa Família como muito importante para suas famílias, tendo em vista que o dinheiro do benefício auxilia principalmente na compra de alimentos.

Os resultados dessa pesquisa são de fundamental importância para minha atuação profissional como Agente Comunitário de Saúde na comunidade do Bairro São José, facilitando assim no conhecimento mais detalhado das condições socioeconômicas dessas famílias, contribuindo também para minha futura atuação como Assistente Social.

Enfim, o Programa de Transferência Direta de Renda Bolsa Família, tem contribuído nos últimos anos para a redução da pobreza e da extrema pobreza na comunidade do Bairro São José, no município de Aracoiaba-Ceará, contribuindo para a diminuição da fome e para a diminuição na evasão escolar e a melhoria na renda familiar. Percebe-se também o aumento do compromisso das famílias com a saúde e a educação e a capacidade de sonhar com um futuro melhor para novas gerações.

Essas famílias devem ser vistas com o olhar especial, não só pelo poder público, mas por toda sociedade, como pessoas que tem o direito de ter uma vida digna e honesta. Ser pobre não é uma opção e sim uma condição, condição essa inflamada pela má distribuição de renda em nosso país.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. Família: Redes, laços e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, M. L. S. TERRA, S. H. T. Código de Ética do/ a Assistência Social comentado. Conselho Federal de Serviço Social-CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL, Constituição de 1988. Direito Constitucional: Brasil. Fundação de Assistência ao Estudante. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230120&search=ceara%7Caracoiaba> . Acesso em: 26 de Out. de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Práticas inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/Plone/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/participacao-e-controle-social>. Acesso em: 11 de Jun. de 2017 às 11:27h.

....., Ministério do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acesso em 16 de nov. de 2017, as 18:03.

____. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em: 07 de Mai. de 2017 às 12:35h.

____. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados> Acesso em: 07 de Nov. de 2017 às 22:36h.

BULLA, L. C. Relações Sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. Revista Virtual Textos e Contextos. n. 2. Dez. 2003. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8020/2/Relacoes_Sociais_e_Ques

[tao Social na Trajetoria Historica do Servico Social.pdf](#) . Acesso em: 16 de Nov. de 2017 às 23:51.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania. – Brasília: Ipea, 2013

CASTEL, Robert. A Insegurança Social: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

CASTRO, J. A. ; MODESTO, L. Bolsa família 2003-2010 : avanços e desafios. v. 1 Brasília : Ipea, 2010.

COUTO, B. R. YAZBEK, M. C. SILVA-E-SILVA, M. O. RAICHELIS, R. O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

Dados do PNUD mostram disparidades sociais e melhores resultados para brancos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/editada-para-10h30-dados-do-pnud-mostram-disparidades-sociais>. Acesso em: 11 de jun. de 2017 às 19:38.

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J. TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimento para constatar saturação teórica. Caderno Saúde Pública, 24. ed. (1). Rio de Janeiro. 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Estudo de Casos. São Paulo: Atlas 2009.

Índice de Desenvolvimento. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>. Acessado em: 22 de nov. de 2017 às 16:51.

MARTINS, José de Souza. O massacre dos inocentes: **a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ONU. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/onu-promove-na-quinta-feira-26-seminario-sobre-mudanca-do-clima-pobreza-e-desenvolvimento-humano/>. Acessado em: 22 de nov. de 2017 às 14:57.

_____. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/grupos-vulneraveis-tem-melhora-no-idh-municipal-mas-desigualdades-persistem-no-brasil/> Acesso em: 17 de Out. de 2017 às 19:47.

Programa Bolsa Família. Guia do Gestor, Secretária Nacional de Renda de Cidadania. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

SARTI, C. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SILVA, Silene Francisca. Amostra Nacional de Estudos Sobre o Programa BolsaFamília, 2009

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. *Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília. 2003.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. Rio de Janeiro. Zahar: 1978.

ANEXO 1**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada: _____ desenvolvida por _____.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecendo (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos as normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de comprometimento Livre e Esclarecido.

Aracoiaba, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS PARA COLETA DE DADOS REFERENTES AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NA COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA:

Verificando o perfil socioeconômico das famílias;

01. Quantas pessoas tem sua família?
02. Quantos filhos?
03. Quantos de menor?
04. Qual a escolaridade dos membros de sua família?
05. Qual a renda total?
06. Sua casa é própria ou alugada?

Avaliando como era a vida das famílias antes de participarem do Programa Bolsa Família;

07. Há quantos anos sua família participa do programa Bolsa Família do Governo Federal?
08. Qual a importância do programa para sua Família?
09. Nos últimos anos, o que mudou na vida de sua família ao participar do programa Bolsa Família?
10. Como era a alimentação antes do benefício e como é hoje?

Entendendo possíveis melhorias a partir do cumprimento das condicionalidades;

11. Você sabe quais são as exigências para permanecer no programa?
12. Sua família cumpre todas as condições para permanência no programa?
13. Você considera o cumprimento destas exigências importantes? Porque?
14. No que a obediência destas obrigações tem contribuído para sua família?

Ter conhecimento das expectativas das famílias em relação ao programa, e a possíveis projetos de vida para suas famílias.

15. Quando você acha que vai deixar de precisar deste benefício?
16. Quais são seus principais projetos de vida?